

PORTUGAL E INFORMAÇÃO

SOBRE MOÇAMBIQUE

UMA ARMA IDEOLÓGICA EM PODER DA DIREITA



A imprensa como importante sector do aparelho ideológico do Estado, toma proporções de força inegáveis num combate pela transformação do ideológico. Hoje em Portugal é fácil observar quem a controla, indubitavelmente a direita

Portugal dois anos depois da deposição do gabinete político colonial-fascista de Caetano, alberga mais de seiscentas mil pessoas provenientes das suas ex-colónias e a quem chamam de «retornados».

A partir de 25 de Novembro de 1975, data que marca uma movi-

mentação da cúpula governamental, em Portugal e em que a burguesia portuguesa faz lembrar à esquerda que ainda detem o Poder Político e que por muito esquisito que possa parecer ela pode ganhar muito maior estabilidade e segurança com a queda do próprio co-

lonial-fascismo perpetuada em Abril de 1974 e de que isso não teria que significar exclusivamente uma vitória do proletariado português mas que pelo contrário poderia ser aproveitada pela própria burguesia desde que ela fosse capaz de se movimentar convenientemente, como foi o que essa burguesia deu a entender no 25 de Novembro, observa-se à tomada dos principais órgãos formativos do aparelho ideológico de Estado, nomeadamente os órgãos de informação, por parte das forças de direita portuguesas.

Efectivamente, a partir do último trimestre de 1975 e primeiro de 1976, podemos observar em Portugal a invasão das redacções dos principais órgãos de informação portugueses (televisão, rádio e jornais) por parte dos melhores demagogos da direita portuguesa, transformados em «potentes chefes de redacção e redactores principais». E para que isso acontecesse nada foi preciso fazer para que não aparecesse como ilegal à legislação fascista ainda em vigor em Portugal mas pelo contrário, bastou que os patrões desses demagogos interessados no seu trabalho, «contribuissem para o restabelecimento da ordem económica portuguesa», adquirindo tais órgãos de informação que se encontravam em profundas crises financeiras. Ao mesmo tempo que isso acontece nos órgãos da informação que funcionavam então já numa base de jornalismo revolucionário, toda uma série de novos jornais declaradamente fascistas começam a surgir nos escaparatos das cidades portuguesas como se se tratassem de cogumelos numa mata frondosa.

No seu processo agora encetado de reorganização e reestruturação

10/10/76



Uma manifestação de «retornados» numa praça de Lisboa. Ontem a polícia barrava-lhes o caminho, amanhã poderão fechar os olhos quando a burguesia portuguesa os incumbir de fazer aquilo no que ela «não se quer sujar»



A informação de massas seria uma arma fulcral para desmistificar o poder ideológico do catolicismo fascista. Porém a burguesia portuguesa parece ter sabido boicotá-la «a tempo»

dos seus órgãos de informação estes novos «senhores directores-editores» não se esquecem de incluir um dossier «informação sobre ex-colónias». Porém, que tipo de informação queriam estes novos jornalistas dar em Portugal sobre as suas ex-colónias recentemente tornadas independentes, muito em especial sobre o quotidiano na sociedade moçambicana?

Para podermos perceber a resposta a esta pergunta fulcral, tentemos primeiro observar que fontes de informação estão eles interessados em utilizar neste sector de informação profundamente formativa.

Com a excepção de um semanário cujos leitores são na sua maioria intelectuais sociais-democratas, e que num princípio de certa «honestidade política» põe ainda a verdade factual acima de tudo e que talvez para salvaguardar esse princípio enviou a Moçambique um enviado especial já depois da proclamação da independência, e de ainda um outro semanário extremamente conhecido e controlado por intelectuais de direita do conhecido partido neo-capitalista

português P. P. D., que conseguiu adquirir um correspondente em Moçambique, ao princípio.

Extremamente subtil nas suas «crónicas analíticas» sobre a sociedade moçambicana actual e cujo conteúdo mais à frente tentaremos discutir, todos os outros jornais (é de nomear que alguns jornais independentes de esquerda lograram deter o avanço da direita nas suas redacções têm mantido embora com fraca intensidade uma correcta perspectiva de informação sobre Moçambique), hoje controlados pela direita portuguesa preferiram utilizar como «fonte segura de informação» sobre as suas ex-colónias a palavra dos colonos agora regressados «à sua derradeira pátria» os retornados. Efectivamente podemos claramente observar que quando um jornal da direita portuguesa deseja fazer uma crónica analítica ou mesmo reportagem sobre Moçambique prefere mandar os seus «enviados especiais» aos aeroportos e pontos de concentração de retornados, a mandá-los a Moçambique, apesar de isso não ter como causas directas problemas financeiri-

ros. Podemos agora perguntar: qual é a razão que leva estes senhores jornalistas a preferirem as palavras destes «retornados» à sua própria capacidade de observação que poderiam utilizar se fizessem chegar às ex-colónias enviados especiais? Para esta pergunta também existe resposta.

O pretensu pretexto de apoliticidade da informação cai logo que se inicia um estudo básico sobre o papel desempenhado pelo aparelho ideológico de Estado do qual faz parte integrante a informação de massas. Abandonamos portanto aqui a discussão sobre a politicidade ou apoliticidade da informação, partindo de um único princípio de que qualquer trabalho de informação toma posições políticas, quer funcionando na base de um objecto de alienação de massas, — como o fazem certos jornais ditos desportivos, de modas, automobilísticos, etc. característicos de uma sociedade de consumo, quer directamente opinativos quando se trata de jornais que se declaram abertamente políticos, e que são de longe os que mais se encontram

em Portugal. Observamos portanto que todos os jornais que se preocupam em dar informações em Portugal sobre as novas sociedades das suas ex-colónias, jogam uma posição política ao nível da informação. E, não é por acaso, que os jornais que preferem dar crédito à voz dos «retornados» em lugar de o darem à capacidade de observação dos seus jornalistas quando se trata de informar sobre Moçambique, são jornais controlados pelas forças políticas da direita portuguesa. E porquê?

Sabe-se de antemão que dentre as forças políticas portuguesas, foram as forças de esquerda e em parte as forças da direita mais liberal (nomeadamente o P.S.) que lutaram dentro de Portugal para a concretização do processo de descolonização. Porém, logo que a direita liberal portuguesa pode observar que havia aceite incondicionalmente a tomada do Poder Político nas ex-colónias portuguesas por parte de frentes revolucionárias em lugar de o terem feito a fren-

tes nacionalistas (apenas) que aceitassem herdar sem mudanças a sociedade colonial nos seus países, permitindo assim a manutenção das relações de dependência, logo que observaram que tinham errado na sua estratégia, começaram por tentar a todo o custo responsabilizar a esquerda portuguesa de ter traído a burguesia o que à primeira vista pode parecer absurdo, mas o que um estudo mais profundo pode mostrar certo cabimento. Efectivamente, a direita portuguesa, ao nível ideológico, tem estado a utilizar como arma fulcral a força da moral religiosa católica herdada já do fascismo salazarista, no sentido de ganhar uma larga frente da pequeno burguesia bem como até um grande campesinato não proletarizado — agricultores com pequeno retalho de terras, que desde há séculos vêm sendo profundamente dominado ideologicamente por uma igreja que serviu perfeitamente os objectivos do fascismo. Na realidade para essa ampla pequeno-burguesia e

campesinato não proletariado, «os comunistas» aparecem como o expoente máximo da imoralidade, do desrespeito pela moral religiosa que os domina. Todo o aparelho ideológico de Estado em Portugal e que hoje é dominado na sua maior parte pela burguesia está interessado em dizer que se «os comunistas e esquerdistas» hoje em Portugal não cometem atrocidades, matando crianças, violando mulheres e roubando a pequena propriedade alheia, é porque a burguesia não deixa fazê-lo. Porém, ela não pode dizer o mesmo de Moçambique por exemplo, e por isso «os comunistas» moçambicanos que não têm nenhuma burguesia com força política a travá-los, «terão forçosamente que cometer essas atrocidades à moral católica perante essa pequeno-burguesia e campesinato portugueses». Por outro lado entretanto, os jornalistas de tais jornais não se podem expor à mentira declarada que teriam que empregar se visitassem Moçambique. Depois, o facto de



Dois retornados «esperam pela hora» no aeroporto de Lisboa, quais «duas almas no purgatório esperando a entrada no paraíso que esperam estar próximo». Chegou um jornalista qual «anjo da guarda» que lhes perguntará «Como saíram do inferno?». Eles responderão certamente «Não queremos nada com o diabo, não queremos nada com os comunistas».

— Nota: Ao publicarmos esta foto não falamos destas duas pessoas, mas dos retornados em geral.

ser fácil para a informação de direita portuguesa apresentar a voz do retornado como a voz popular o que dá a máxima força a qualquer artigo, bem como o facto de o retornado se encontrar numa situação de alta tensão social e em que lhe é quase impossível tomar consciência do papel que poderá desempenhar na sociedade portuguesa, responde afirmamente a qualquer interrogação sobre «possíveis atrocidades» cometidas pela FRELIMO em Moçambique aos subdi-

nados tem o maior crédito quando se trata de informar sobre Moçambique.

O QUE REPRESENTAVAM OS RETORNADOS NA SOCIEDADE COLONIAL MOÇAMBICANA

Para podermos fazer um necessário estudo à voz de tais retornados, é necessário que façamos um recuo tentando observar o que representavam na sociedade colonial em Moçambique.

A maior parte desses retorna-

berais ou altos e médios funcionários do aparelho de Estado colonial. Constituíam portanto, a classe dominante da sociedade colonial moçambicana. Porém, ideológica e mesmo politicamente a grande maioria desta classe dominante não vivia em Moçambique, viviam sectarizados de todos os outros extractos sociais moçambicanos. Tinham constituído todo um quotidiano social que não lhes permitia criar uma fusão com qualquer moçambicano, quer fosse ele



«Regressados à sua derradeira pátria», os retornados reivindicam a posição de classe que detinham, a classe dominante nas colónias que deixaram de existir. Que fazer deles a burguesia portuguesa senão aproveitá-los «da melhor forma?»

tos portugueses. Para além do mais, para um retornado a quem os meios de produção que detinha foram afectados pelas nacionalizações e que representavam a sua característica de classe, uma classe dominante, o seu inimigo poderá fazer tudo o resto (como matar gente à fome) pois que tudo isso é menos grave do que o que fizeram a ele. É efectivamente por tudo isto que para os jornais da direita portuguesa a voz dos retor-

dos constituíam em Moçambique a classe dominante da sociedade colonial, a burguesia colonial. Grande parte era detentora de meios de produção como fábricas, grandes machambas ou farmes, minas ou até mesmo plantações. Outros, de bens de rendimento como prédios, outros de estabelecimentos comerciais, outra grande parte ainda que não detinham qualquer meio de produção ou bens de rendimento, eram ou profissionais li-

de origem operária, camponesa, ou mesmo até de uma burguesia nacional nascente. Por isso eles constituíam uma burguesia colonial, uma burguesia colonizadora que já não se definia pela sua cor ou mesmo até talvez pela sua posição económica, mas sim pelo quotidiano social.

Com a Independência Nacional de Moçambique, essa sectarização foi-lhes negada, o seu quotidiano foi abalado. Efectivamente, os ca-

barés fecharam, os clubes já não tinham a mesma liberdade, os médicos particulares e os colégios deixaram de existir, os prédios já não podiam dar rendimento, a ligação com a metrópole colonizadora quer ao nível ideológico, quer ao nível da importação de mercadoria de luxo ameaça ser cortada.

Por outro lado a crise da económica colonial agravava a sua insegurança social. Em Moçambique era-lhe impossível manter já a sua situação de classe dominante, por isso abandona o país e como quem volta a casa de família na pele de filho pródigo, «retornam» a Portugal. Porém, a burguesia colonial é uma classe condenada, uma classe ultrapassada, que não tem sequer lugar nas sociedades capitalistas industrializadas, uma classe ultrapassada pelas próprias classes dominantes do primeiro mundo, a burguesias industriais e financeiras. Em Portugal elas servirão de carne para canhão à burguesia portuguesa. Servirá à burguesia portuguesa para fazer aquilo que esta não está interessada em fazer: constituirá os grupos terroristas de direita, fará aquelas operações clandestinas em que a burguesia portuguesa «não se quer sujar». A utilização de tais retornados na informação sobre as ex-colónias, é apenas o início de todo um processo de utilização política que sofrerão as burguesias coloniais portuguesas.

A INCOMPETÊNCIA DE UMA BURGUESIA NACIONAL MOÇAMBICANA «NO EXÍLIO»

Podemos encontrar em Portugal de hoje, se bem que em reduzido número, um grupo de «retornados» que não podem efectivamente ser considerados como elementos de uma burguesia colonial pois trata-se de indivíduos que pelo seu quotidiano social e origem cultural, se diferenciavam da burguesia colonial podendo ser considerados como nacionais, portanto moçambicanos. Porém, eles pertenciam a uma classe que dentro do quadro da estratégia imperialista deveria vir a ocupar o lugar da burguesia colonial como classe dominante, constituíam a burguesia nacional fomentada, pelo imperialismo a partir de 1970. Parte dessa burguesia interna portanto, mais claramente o extracto mais minoritário e aristocrático dessa

burguesia nacional, pode também acompanhar a burguesia colonial no abandono do país. Esse é o caso de Domingos Arouca que ridiculamente isolado pretende criar «um governo no exílio» na Europa entregando a responsabilidade de o pôr no poder através de um fantasmagórico golpe de estado, a uma burguesia nacional que se encontra no interior de Moçambique. Quando dizemos ridiculamente isolado não nos referimos apenas ao isolamento do ambicioso advogado latifundiário senhor Domingos Arouca e seus acólitos de tal «governo no exílio» em relação ao vasto campesinato moçambicano, às massas populares moçambicanas, mas até em relação à própria burguesia interna hoje nascente em Moçambique. Se os senhores retornados não portugueses de origem moçambicana fossem um pouco mais inteligentes no seu estudo à situação das classe sociais na sociedade moçambicana actual, compreenderiam que a fraca força política que detém hoje a burguesia nacional em Moçambique não lhes permite qualquer movimentação do tipo «putch» cupulista. Muito menos está interessada

a burguesia nacional moçambicana nisto, pois ela sabe que hoje a sua única arma é ideológica e que o que mais lhe interessa é fingir colaborar na frente política tentando entravar as vitórias da revolução de forma a poder sobreviver até à altura em que possam parar o motor da revolução o que pensam talvez ser possível fazer. Portanto nem a burguesia nacional vai fazer qualquer golpe espectacular. Pequenos golpes já ela faz ao entravar as vitórias da classe trabalhadora moçambicana, imprevisíveis ao desenvolvimento da revolução no nosso país. O crédito que a informação reaccionária portuguesa dá a Domingos Arouca nada significa portanto para a correlação de forças políticas em Moçambique. Domingos Arouca morrerá no exílio como morreu Tchang Kai-Cheque, como morrerá Van thieu e muitos mais reaccionários politicamente abatidos. Domingos Arouca foi um dos muitos reaccionários que não teve a sua oportunidade de actuar politicamente talvez por um erro dos seus mestres, o seu «mestre Marcelo Caetano» por quem clamava quando se encontrava preso no



Cerejeira, cardeal patriarca de Lisboa (nos primórdios do fascismo português) conversando com Salazar. Inegavelmente até aqui, a igreja em Portugal serviu perfeitamente os objectivos do fascismo

forte de Peniche às ordens de Salazar.

A SENSACIONAL PERSPECTIVA IDEALISTA DO SENHOR CORRESPONDENTE DO JORNAL «EXPRESSO»

Pouco depois da Independência Nacional de Moçambique, o jornal português «Expresso» interessado em «informar sobre a sociedade moçambicana» aos intelectuais da direita portuguesa, consegue

sobre as posições políticas da direcção da FRELIMO, o correspondente do «Expresso» comete um erro grave na sua tarefa de entreter os intelectuais da direita portuguesa sob um pretenso caos político-social. Efectivamente o «correspondente do «Expresso» revela ter uma perspectiva idealista da história ao escrever sobre a situação político-social em Moçambique na base de especulações que faz sobre a estratégia política definida pela direcção da FRELI-

çambicana. Logo a seguir este correspondente tem porém obrigatoriamente, que tentar provar os erros dessa estratégia por si já criado numa base especulativa.

Ao tentar provar «os erros» de uma estratégia da direcção estratégica essa que ele próprio criara especulativamente, o correspondente do «Expresso não encontra uma oposição organizada que lhe aponte tais erros. Por outro lado impossibilitado de ir à base, onde verdadeiramente se trava o com-



Alguns retornados transportam os seus «caixotes» o resto de um quotidiano colonial que pensam transportar para «a sua derradeira pátria». Em breve verão porém que nem mesmo na «metrópole» ele pode sobreviver

adquirir em Maputo um correspondente cuja identidade fica até hoje por conhecer mesmo nos meios jornalísticos moçambicanos, sob um enigmático «J.L.».

O correspondente do «Expresso» aparentemente muito bem informado no início sobre as discussões políticas no seio da direcção da FRELIMO, cedo faz descobrir os objectivos do seu trabalho e com os objectivos o seu tipo de jornalismo. Efectivamente após ter esgotado as suas especulações

MO. Ao informar, os intelectuais de direita portuguesa sobre Moçambique à volta de cada movimentação ou palavra do Presidente Samora Machel, o correspondente do «Expresso» parece crer no princípio idealista e reaccionária de que é um homem que faz a história e de que todos os outros se limitam a executá-la. Efectivamente o «correspondente do Expresso» começa por dar apenas uma perspectiva cupulista ao nível especulativo sobre a política mo-

bate entre o velho e o novo, e onde poderia realmente observar as vitórias e as derrotas do Povo em luta impossibilitado de o fazer até pela sua própria condição de correspondente de um jornal para intelectuais reaccionários, vê-se obrigado a falar pela voz do Povo sem que com ele tenha vivido nada.

O senhor «J.L.» errou na sua tarefa ao enganar não só o Povo português como até os próprios intelectuais burgueses do «Jornal Expresso».